

Introdução

No espaço urbano do Rio de Janeiro a intervenção do poder público produziu historicamente uma diferenciação entre os bairros da cidade, onde processos de urbanização, os instrumentos reguladores de uso e ocupação do solo produziram desigualdades espaciais expressas na paisagem da cidade. A construção desses processos revela o desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço-tempo, onde inúmeros problemas ambientais, portanto, sociais estão colocados na ordem do dia.

O caráter especulativo atribuído à terra urbana definiu formas e funções onde os processos de uso do solo foram constituídos na intensa mercantilização do acesso ao espaço urbano reproduzindo, redefinindo e valorando os locais da cidade de maior e menor investimento para o capital. O capitalismo no seu processo de reestruturação foi reorientando as políticas assim como seus investimentos foram sendo moldados a partir dessa reorientação, sobretudo para o atendimento dos interesses de setores com maior poder político e econômico da cidade.

As marcas na paisagem presentes na zona norte da cidade do Rio de Janeiro são resultantes do processo de reestruturação do capital, caracterizando-se por uma intensa e extensa degradação ambiental, associadas à negligência do poder público no enfrentamento dos problemas que foram se acumulando no decorrer do século passado. A instalação de fábricas e empresas e a consequente ampliação de moradias em seu entorno- de Manguinhos- sem que houvesse um planejamento adequado são alguns dos inúmeros exemplos que poderíamos citar.

Os projetos de intervenção para os espaços da cidade deveriam ter como princípio que os problemas urbanos não são oriundos de um crescimento desordenado, mas “resultado da relação de força estabelecida na cidade brasileira em torno da apropriação privada dos benefícios em termos de rendas geradas pela intervenção pública” (Ribeiro, Cardoso, 2003, p. 13). Trabalho e moradia constituem-se como principais ícones dessa apropriação desigual do desenvolvimento capitalista no espaço.

O espaço é o diferencial nessa análise. Entendemos que o capitalismo constrói espaços seguindo padrões permeados por um racionalismo estético e definidos a partir das imagens, dos modelos, das matrizes e marcas construídas durante os processos sociais, que na concepção de Lefebvre (2000) estariam ligados ao âmbito dos espaços concebidos.

Seguindo nessa direção, consideramos importante ressaltar os espaços vividos (Lefebvre, 2000), ou seja, o espaço onde as diferenças se contrapõem, surgindo muitas vezes dos movimentos de resistência, produzindo espaços de representações que pressupõem a construção de modelos mais justos e igualitários, numa perspectiva mais autônoma. Espaço concebido e vivido materializam-se nas temporalidades e espacialidades ligadas ao uso do espaço, se fazem presentes na apropriação da cidade, numa dialética que traduz um conjunto de diferenças e de conflitos.

As representações sociais e seus desdobramentos espaciais em Manguinhos são objeto de nossa investigação, onde as relações entre o poder público e os possíveis movimentos sociais constituem a principal linha de nosso interesse. Pautamos a análise nas transformações espaciais ocorridas em Manguinhos/RJ a partir do Programa Nacional de Urbanização de Favelas, inserido no Programa de Aceleração do Crescimento em Manguinhos - PAC Manguinhos. Sendo o espaço condição e meio de reprodução das relações sociais, buscaremos identificar as sustentabilidades e/ou insustentabilidades produzidas entre as representações do espaço e os espaços de representações.

Nossa pesquisa está estruturada em três capítulos, além deste texto introdutório e as considerações finais. No primeiro capítulo – *A produção social do espaço em Manguinhos* – o debate se dá em torno de como o espaço é produzido; trabalhamos com o processo de transformação do espaço em Manguinhos, estabelecendo relações com o modelo histórico de construção da cidade. É na produção do espaço através da interação entre vários atores sociais que se revela a dinâmica do processo dialético, do local ao global, do todo às partes, ou seja, a multidimensionalidade que produz espacialidades e temporalidades.

Insistimos nesse capítulo no combate à dicotomia nas análises acerca dos espaços da cidade, pois as favelas, lócus de concentração desta pesquisa, são consideradas como fora da cidade dita formal. Sendo resultante de processos históricos compõem uma totalidade que envolve conflitos, encontros, desencontros, porque como nos sugere Morin (2002), o todo está na parte e a parte está no todo.

O espaço, que é sempre aberto, realiza-se a partir da produção de espacialidades e temporalidades, pois as interações sociais são indissociáveis. Manguinhos, por cento e doze anos de ocupação e expansão, é resultante de processos que foram definindo e redefinindo formas e funções.

Em Manguinhos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apresenta como escopo principal o tripé desenvolvimento, sustentabilidade e democracia. O projeto aponta possibilidades para tal implementação esbarrando em antigos padrões de construções dessas representações, que estão presentes nas ações dos sujeitos, nas relações estabelecidas, sobretudo de poder ou de poderes instituídos na produção desse espaço.

Espacialidades e temporalidades resultantes desse processo se formam em meio a um campo de disputas, conflitos, consensos e resistências na produção do espaço que associado ao tempo tornam-se elementos fundamentais, indissociáveis para compreendermos Manguinhos, enquanto produto-produtor do espaço urbano.

O segundo capítulo – *As representações do espaço e as intervenções do PAC Manguinhos* – trata de definir as representações estabelecidas com as intervenções do PAC Manguinhos, as interferências e os limites do programa a partir de uma descrição dos objetivos do PAC e a sua materialização em Manguinhos. Diante de outras intervenções que foram destinadas para Manguinhos, seria o PAC um programa que possibilitaria desenvolvimento e sustentabilidade para Manguinhos?

Os projetos urbanos e de legislação voltadas para as favelas sempre se caracterizaram por conter em si ambiguidades, que significavam sua manutenção e recuperação ou remoção. Atualmente, os programas para as favelas se

apresentam com caráter mais democrático, pelo menos no plano do discurso. A perspectiva do desenvolvimento local, em voga com o PAC, apresenta como discurso a possibilidade de alterar a lógica atual de produção do espaço, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social da cidade, prevê a diminuição das desigualdades sociais e um desenvolvimento sustentável local.

Crescimento, desenvolvimento, sustentabilidade, gestão democrática, direito à cidade, democracia são algumas das abordagens que estão colocadas na ordem do dia para o poder público e os movimentos sociais. O referencial para a análise será a perspectiva da autonomia (Castoriadis, 1987) como um parâmetro para refletir essas abordagens e a possibilidade de desenvolvimentos e sustentabilidades emergidas dos processos vividos no espaço-tempo pelos sujeitos sociais.

A relação dessas intervenções protagonizadas pelo poder público e a forma como os movimentos sociais são ou estão inseridos neste processo torna-se fundamental para o entendimento das relações sociais de produção do espaço decorrentes da intervenção pública.

O terceiro capítulo – *As (in)sustentabilidades na produção social do espaço em Manginhos- RJ* – está dividido entre a atuação do PAC Social na implementação de uma proposta de gestão compartilhada e a atuação dos movimentos sociais. Abordaremos a produção do espaço em Manginhos e suas representações, contextualizando-as no âmbito de sua produção vinculada ao espaço vivido, percebido e concebido (Lefebvre, 2000). Corresponde a um exercício de compreensão das transformações do espaço, já vistas nos capítulos anteriores, e da (re) construção das representações sociais, tendo em vista as ações e reações dos atores envolvidos.

Buscaremos entender como esses atores – associações de moradores, igrejas, ONGs, os grupos de trabalho do PAC e o Fórum Social de Manginhos – constroem suas agendas de participação, tendo em vista o PAC. Quais as possibilidades de transformações sociais dadas na produção do espaço que estão efetivamente relacionadas ao conjunto de desejos dos moradores, numa

perspectiva de construção coletiva permitindo-lhes novas sustentabilidades direcionadas ao direito à cidade?

Tratamos de identificar o que produz sustentabilidades e insustentabilidades, ou seja, as contradições do processo que se produz nos espaços de uso e dominação. Diante do projeto de intervenção do PAC, na relação entre poder público e movimentos sociais, quais discursos e diálogos avançam numa perspectiva da verdadeira democracia e da autonomia?

Entendemos que as intencionalidades presentes entre os atores geram interesses que se estabelecem no decorrer do processo e que muitas vezes não são reveladas, pois não podemos perder de vista que o espaço social é um produto social (Lefebvre, 2000).

Em nossas considerações finais retomamos nossos objetivos no sentido de recompor em nossa análise os resultados da pesquisa. Apontamos para a importância de investimentos em espaços que, historicamente, sempre foram tão estigmatizados, como as favelas, mas reforçamos a concepção de que o espaço é um produto social e que, portanto, as relações sociais são fundamentais nesse processo.